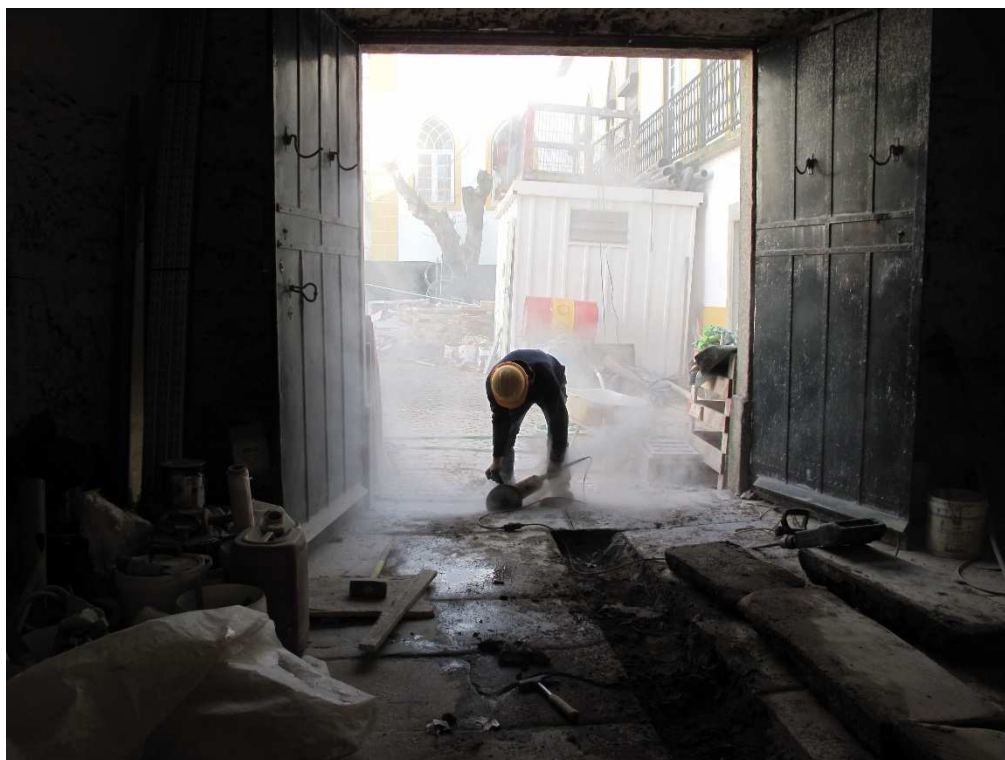


SCIENTIA ANTIQUITATIS



SALVAGUARDA ARQUEOLÓGICA
ARCHAEOLOGICAL SAFEGUARD

Título: SCIENTIA ANTIQUITATIS

Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: Junho de 2019

Volume: 1/ 2019

Capa: Trabalhos de salvaguarda no Palácio do Vimioso

(Foto: Leonor Rocha)

Director: Leonor Rocha

ISSN: 2184-1160

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ lrocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

ÍNDICE

O IV ^o CIAT e o estado da Salvaguarda Arqueológica em Portugal Leonor Rocha e Gertrudes Branco	5
Arqueologia Pública e a gestão do património arqueológico no contexto da construção de uma barragem: O caso da construção da barragem de Belo Monte (Brasil) Maria Clara Costa	25
Melhor conhecer é melhor proteger. Os contributos do projeto ARQUEOSIA Filipa Neto e Catarina Costeira	57
Estratégias para a gestão da salvaguarda arqueológica: as cartas de risco do património arqueológico dos Açores José Luís Neto, Carlos Luís Cruz e Pedro Parreira	77
O Risco das Políticas de Risco em Património Cultural - Proposta STORM para uma nova abordagem Filipa Neto, Sofia Pereira, Isabel Inácio, João Almeida Filipe	95
Gestão e salvaguarda do património arqueológico: o caso da Universidade de Évora (Portugal) Leonor Rocha, Jorge de Oliveira, André Carneiro e Carmen Balesteros	113
Ecclesia Sanctae Marinae de Cortegaza (Cortegaça, Ovar). Um contributo na Arqueologia de Salvaguarda Gabriel Pereira, Gustavo Santos e Mauro Correia	153
E quando as fábricas fecham? Reflexões sobre a salvaguarda do património arqueológico-industrial na cidade de Portalegre Susana Pacheco	183
A geofísica e salvaguarda do património arqueológico em meio rural. Vantagens e quando utilizar: o caso dos recintos de fossos António Valera e Tiago do Pereiro	203
A salvaguarda arqueológica: teoria e prática na Região Centro Gertrudes Branco	217
Salvaguarda arqueológica em Monforte: Percurso e estratégias de intervenção (Monforte, Portalegre, Portugal) Paula Morgado	251

Oliveira de Azeméis: Gestão de uma Carta de Salvaguardas Patrimoniais e de um projeto de investigação sobre a ocupação do território (POVOAZ) Adrian de Maan e João Tiago Tavares	295
A gestão de espólios arqueológicos no Algarve. Reflexão sobre o seu propósito na actividade arqueológica de salvaguarda Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve	321
A Antropologia Biológica nos Açores: gestão e estudo das suas coleções osteológicas José Luís Neto, Joana Camacho e Pedro Parreira	331
Mosteiro de São Bento de Avis: da intervenção preventiva ao programa de estudo e valorização de fracção monástica Ana Cristina Ribeiro	355
Acompanhamento: o <i>Cadavre Exquis</i> da prática arqueológica (portuguesa) Gabriel Pereira, Mauro Correia e Gustavo Santos	385
Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas Ana Cristina Ribeiro	415
Minimizando impactos. Tavira Verde 2012/2014 Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco	447
Estratégias de recuperação e salvaguarda do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu, Portugal) após os incêndios florestais de outubro de 2017 Manuel Luís Real, António Faustino Carvalho, Catarina Tente, Daniel de Melo Branco, Luís André Pereira, Pedro Sobral de Carvalho e Tiago Ramos	461
Balanço dos Incêndios de 2017: Região de Lisboa e Vale do Tejo Filipa Bragança, Gertrudes Zambujo e Sandra Lourenço	477
La combinación de la investigación con la protección del patrimonio arqueológico rural en la provincia de Salamanca: el caso de Los Villares (Fresno Alhándiga, Salamanca) M ^a de los Reyes de Soto García e Verónica Pérez de Dios	491

A gestão de espólios arqueológicos no Algarve. Reflexão sobre o seu propósito na actividade arqueológica de salvaguarda

Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve:

Vera Teixeira de Freitas¹, Sandra Cavaco²,
Jaquelina Covaneiro³, Fábio Capela⁴, Maria
José Gonçalves⁵, Alexandra Gradim⁶, Soraia
Martins⁷, Ismael Medeiros⁸, Helena Moran⁹,
Catarina Oliveira¹⁰, Hugo Oliveira¹¹, Rui
Parreira¹², Luis Paulo¹³, Angelina Pereira¹⁴,
Alexandra Pires¹⁵, Ricardo Soares¹⁶ e Nuno
Teixeira¹⁷.

Resumo

Num período em que se discutem as boas práticas na gestão dos espólios arqueológicos e em que se encontra em debate público o documento "Recomendações de boas práticas na gestão de espólios arqueológicos: recolha, selecção e descarte", o Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve apresenta um ponto de situação relativo aos espólios provenientes de intervenções arqueológicas realizadas na região.

¹ Museu de Portimão - vera.freitas@cm-portimao.pt

² Museu de Tavira - scavaco@cm-tavira.pt

³ Museu de Tavira - jcovaneiro@cm-tavira.pt

⁴ Município de Monchique - fabio.capela@cm-monchique.pt

⁵ Museu de Silves - maria.goncalves@cm-silves.pt

⁶ Museu de Alcoutim - arqueologia@cm-alcoutim.pt

⁷ Museu de Loulé - soraia@cm-loule.pt

⁸ Município de Lagoa - ismael.medeiros@cm-lagoa.pt

⁹ Município de Lagos - elena.moran@cm-lagos.pt

¹⁰ Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela - Vila Real de Santo António - catarina.oliveira@cm-vrsa.pt

¹¹ Museu de Olhão - hmoliveira@cm-olhao.pt

¹² Direcção Regional de Cultura do Algarve - rparreira@culturalg.gov.pt

¹³ Museu de Albufeira - luis.paulo@cm-albufeira.pt

¹⁴ Centro Explicativo da Calçadinha - S. Brás de Alportel - angelina.pereira@cm-sbras.pt

¹⁵ Museu de Loulé - alexandra.pires@cm-loule.pt

¹⁶ Município de Vila do Bispo - ricardo.soares@cm-viladobispo.pt

¹⁷ Museu de Faro - nteixeira@cm-faro.pt

Palavras-chave: Materiais arqueológicos, reservas, gestão de espólios

Abstract

At a time when good practices in the management of archaeological remains are being discussed and the document "Recomendações de boas práticas na gestão de espólios arqueológicos: recolha, seleção e descarte" is being discussed, the Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve presents a status report on the spoils coming from archaeological interventions in the region.

Key-words: Archaeological remains, reserves, management of spoils

1. Introdução.

Desde 2011, o Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve (RMA-ARQ) tem desenvolvido várias actividades no âmbito dos materiais arqueológicos, nomeadamente ao nível do diagnóstico da situação dos espólios (2017) e das reservas (2014) existentes no Algarve.

Considerando a discussão pública do documento "Recomendações de boas práticas na gestão de espólios arqueológicos: recolha, selecção e descarte" (o qual não parece reunir consenso entre os profissionais da área) pareceu-nos oportuno trazer a público os resultados do trabalho desenvolvido pelo grupo, os quais espelham a realidade algarvia.

2. A Rede de Museus do Algarve e o grupo de Arqueologia

Criada em Outubro de 2007, a Rede de Museus do Algarve (RMA) é uma estrutura informal constituída por museus integrados na Rede

Portuguesa de Museus, outros museus municipais, entidades museológicas do Estado Português (Museu da Marinha) e privadas (Museu do Trajo de São Brás de Alportel). Inclui também projectos museológicos em constituição, os quais pretendem acompanhar, participar e cooperar nas actividades da RMA.

A RMA assenta a sua acção numa “Carta de Princípios” com as seguintes orientações: liberdade de adesão, cooperação em rede, serviço público e ética profissional, informação e comunicação, formação, inovação e programação museológica.

Um grupo de coordenação, actualmente eleito de dois em dois anos e em rotatividade dos museus, dinamiza as reuniões e os projectos comuns. A entrada de novos museus é livre e implica a aceitação da “Carta de Princípios” pela tutela e presença de responsável técnico.

A RMA pretende desenvolver projectos de cooperação entre os museus e promover acções das quais resultem maior eficácia e economia de meios, através da partilha equilibrada e objectivada dos recursos disponíveis.

Posteriormente foram criados vários grupos de trabalho, entre eles o grupo RMA-ARQ. Actualmente o grupo integra técnicos de arqueologia da Direção Regional de Cultura do Algarve e dos municípios de Albufeira, Alcoutim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

O grupo reúne-se periodicamente (três a quatro vezes por ano), trocando informação e experiências, definindo formas de colmatar necessidades formativas e estabelecendo projectos futuros.

Foram promovidas várias sessões de trabalho/formação de âmbito diverso, das quais destacamos, a título de exemplo, “Estruturas arqueológicas musealizadas – problemas de conservação”, “Registo, levantamento e Inventário de espólios arqueológicos. Conceitos e

Práticas” e “Sistemas de Informação Geográfica – Iniciação ao Quantum GIS” e GPS.

3. As reservas algarvias

O grupo RMA-ARQ levou a cabo um projecto de maior vulto decorrente da necessidade de conhecer a situação dos espólios arqueológicos no Algarve. O projecto, cuja premissa era a de possibilitar uma reflexão sobre boas práticas de conservação e gestão de vestígios arqueológicos incluídos em equipamentos culturais, passou pela elaboração de dois inquéritos, um destinado aos museus da rede, o segundo, às empresas de Arqueologia, sendo que apenas o primeiro se encontra concluído.

O Inquérito para caracterização das reservas de arqueologia do Algarve realizou-se em 2014 e pretendeu efectuar um levantamento, caracterização e diagnóstico da situação das reservas arqueológicas no Algarve, abordando-se questões como a caracterização da entidade responsável, das instalações, dos meios humanos e técnicos afectos, o equipamento disponível, as condições ambientais, a organização das colecções, bem como as categorias de materiais depositados e a origem dos mesmos (projectos de investigação, obras decorrentes de licenciamentos público/privados, proveniência desconhecida, etc).

A análise detalhada efectuada ao inquérito encontra-se disponível em:

<https://issuu.com/museusdoalgarve/docs/inqueritoreservasarqueologia>.

4. Os espólios

Em 2017 iniciamos o levantamento e diagnóstico da situação actual do espólio e das colecções arqueológicas provenientes de

trabalhos arqueológicos no Algarve, trabalho concluído em 2018. Este levantamento foi efectuado pelos técnicos das autarquias representadas no grupo de arqueologia da RMA, não se incluindo os dados relativos a Aljezur, Lagos e Castro Marim.

Através deste diagnóstico foi possível verificar que a situação dos espólios regionais é bastante heterogénea, estando o espólio proveniente de intervenções arqueológicas realizadas na região do Algarve depositado em:

- museus algarvios, cinco integrados na Rede Portuguesa de Museus (RPM) e muitos na RMA;
- museus fora da região (MNA/Lisboa; Museu Arqueológico do Dr. António dos Santos Rocha/Figueira da Foz; Museu de Évora, entre outros), integrados (ou não) na RPM;
- espaço afecto à entidade de tutela (Direção Regional de Cultura do Algarve - DRCAlg);
- centros interpretativos/espacos museológicos regionais (Castelo de Alcoutim, Castelo de Castro Marim, Quinta de Marim, Centro Explicativo da Calçadinha de São Brás, Castelo de Salir);
- unidades de investigação de universidades portuguesas para estudo ao abrigo de afectação dos espólios aos seus «fiéis depositários», tal como definido no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA) em vigor, mas frequentemente estando já ultrapassados todos os prazos legais e razoáveis para o respectivo estudo, publicação e disponibilização à comunidade científica (Universidade do Algarve; Uniarq/Lisboa; IAFLUC/Coimbra; Departamento de Antropologia/Coimbra; Departamento de Antropologia/Évora; Universidade Nova de Lisboa);
- associações regionais de defesa do património (Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur/ADPHA; Campo Arqueológico de Tavira - actualmente com actividade suspensa);

- arqueólogos e/ou empresas de arqueologia para estudo ou por falta de uma indicação da Tutela ao abrigo de afectação dos espólios aos seus «fiéis depositários», tal como definido no RTA em vigor;

- privados (colecções particulares, achados).

Contabilizaram-se os elementos em falta nos serviços autárquicos referentes às intervenções arqueológicas decorridas nos respectivos concelhos de 2000 a 2018, nomeadamente o espólio, os relatórios e os registos produzidos no âmbito da intervenção.

Analizando o número de Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA) concedidos no Algarve entre 2010 e 2017, únicos anos para os quais possuímos dados, é possível verificar que as situações de carência de depósito de espólio correspondem entre 2% a 17% do total de intervenções realizadas.

Estatisticamente, as situações de incumprimento no depósito do espólio não parecem relevantes. Não obstante, estas correspondem, na sua maioria, às intervenções das quais resultou um maior volume de espólio, o que nesta situação torna uma análise meramente estatística pouco conclusiva.

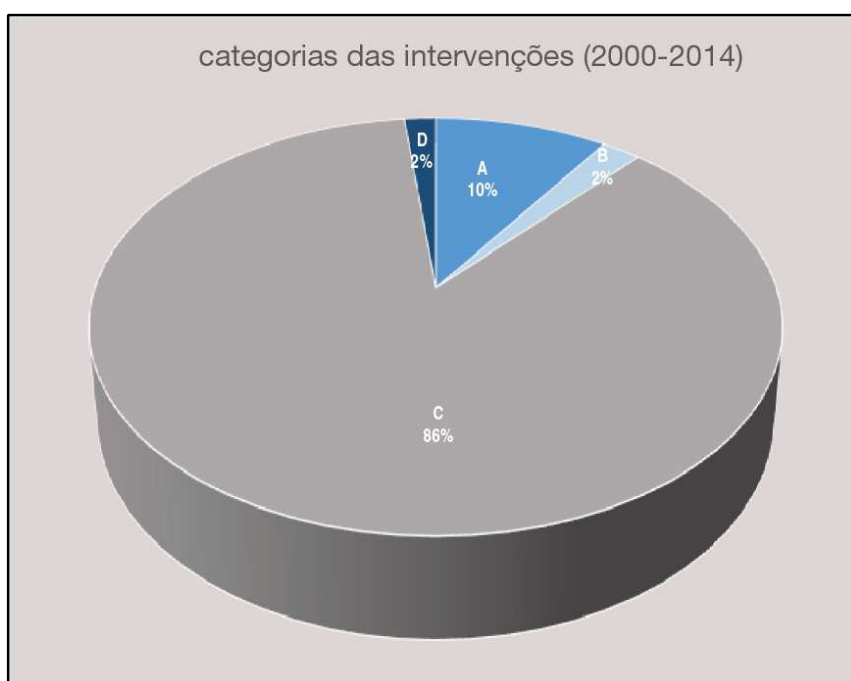


Gráfico 1 - Categorias das Intervenções Arqueológicas realizadas entre 2000 e 2014.

A categoria de intervenção arqueológica mais comum no Algarve (2000-2014), à semelhança do resto do território, é a C - acções preventivas e de minimização de impactes (Gráfico 1), sendo que o tipo de intervenção em que são mais frequentes as situações de incumprimento de depósito do espólio corresponde às intervenções de sondagens e/ou escavação arqueológica, denotando-se uma diminuição desta tendência no que diz respeito às prospecções e acompanhamentos arqueológicos, situação que deriva essencialmente deste tipo de intervenções resultar num menor volume de espólio.

Outro dado que foi possível aferir é que as referidas situações de incumprimento são mais frequentes no caso das intervenções efectuadas por empresas, observando-se uma relativa uniformidade no tipo de elementos não depositados nas reservas arqueológicas algarvias, com uma ligeira prevalência dos registos produzidos no decurso dos trabalhos de campo e gabinete, em comparação com os relatórios ou o espólio recolhido (Gráfico 2).

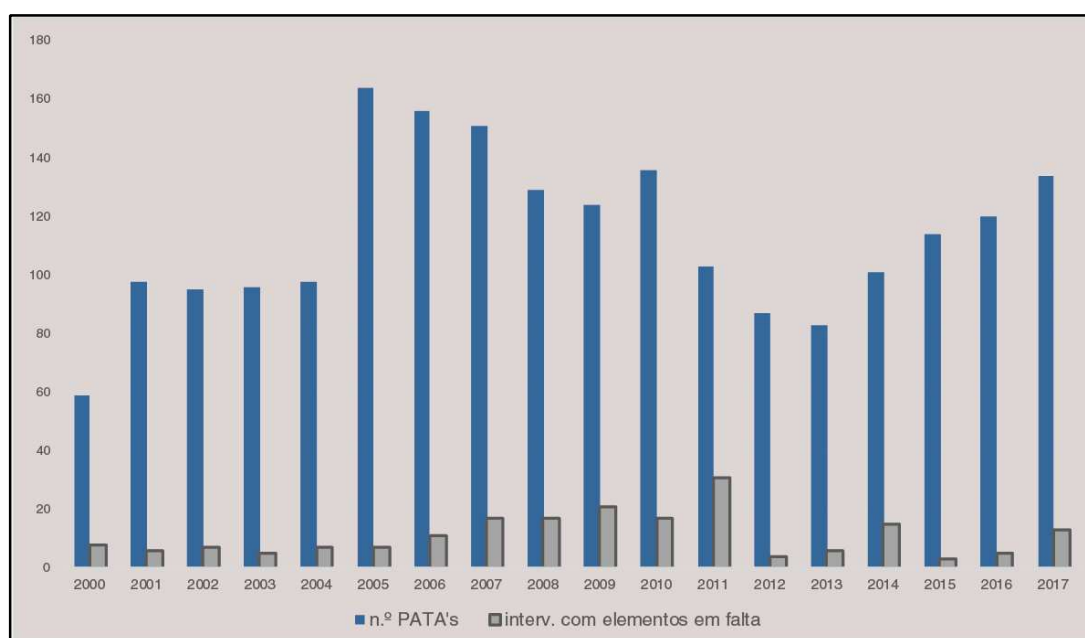


Gráfico 2 - Relação entre o número dos PATA e o número de intervenções com elementos em falta entre 2000 e 2017.

A ausência de depósito de documentação e espólios impede a sua transformação em conhecimento científico, condicionando a sua utilização em diversos âmbitos, nomeadamente ao nível do planeamento e gestão territorial, bem como no que diz respeito à valorização e divulgação patrimonial.

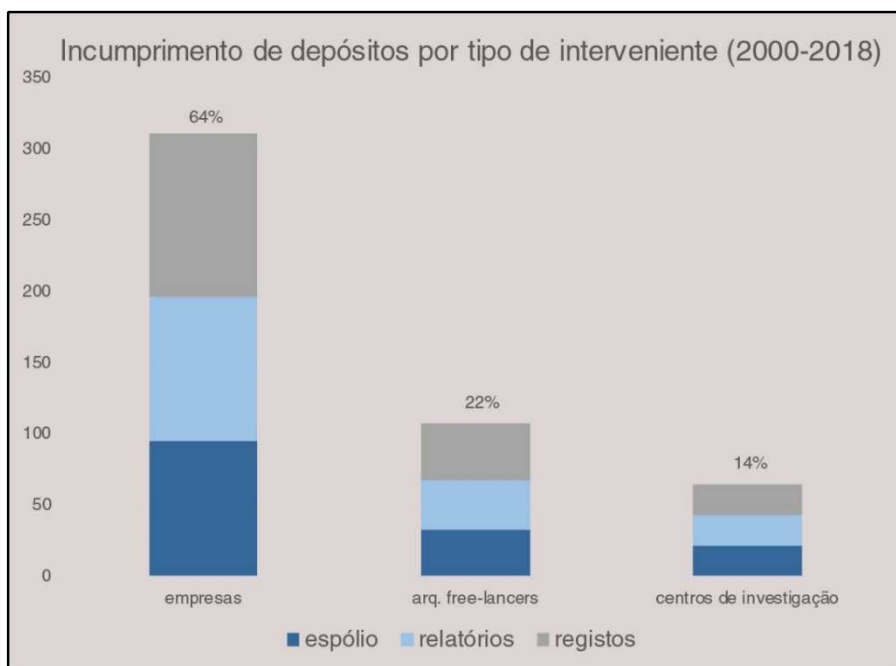


Gráfico 3 - Incumprimento de depósitos por tipo de interveniente.

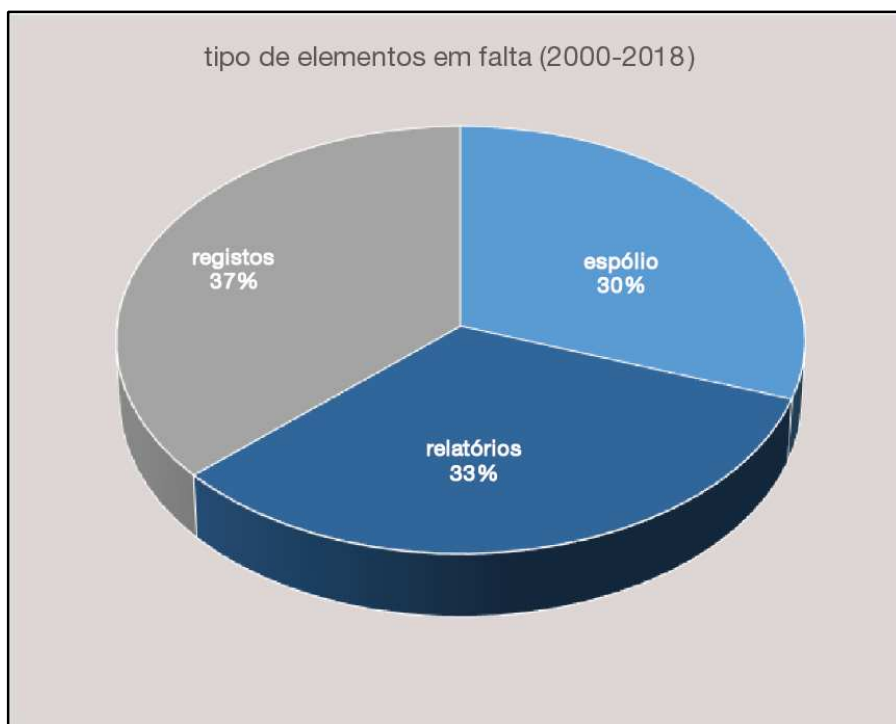


Gráfico 4 - Tipo de elementos em falta entre 2000 e 2018.

Face a este paradigma considera-se como pertinente, uma reflexão sobre os procedimentos previstos pelas entidades de tutela e autarquias, de modo a criar condições para a integração desses espólios nas instituições capacitadas para tal e, desta forma, possibilitar o devido retorno social da actividade arqueológica de salvaguarda.

5. Outras considerações

Considerando os resultados do Inquérito para caracterização das reservas de arqueologia do Algarve, bem como do levantamento e diagnóstico da situação actual do espólio e colecções arqueológicas provenientes de trabalhos arqueológicos no Algarve, podemos adiantar algumas conclusões.

Em primeiro lugar, e contrariamente ao que acontece noutros locais do país, a opção de descarte, agora em discussão, é evitável no caso algarvio, visto que existe ainda capacidade de receber materiais nas diversas reservas da região. Consideramos como mais premente a definição de uma estratégia para a regularização de espólio e colecções arqueológicas, o que deverá passar pela normalização de critérios e procedimentos para depósito e incorporação de espólio e colecções arqueológicas.

De mencionar, ainda, que a maioria dos materiais arqueológicos provenientes de intervenções realizadas no Algarve encontra-se meramente depositado, e não incorporado, nas instituições museológicas da região. Algumas destas instituições já formalizaram o pedido de incorporação dos materiais junto da Tutela, mas o procedimento é moroso e muitos dos processos aguardam decisão.

6. Conclusões

Pretendeu-se realizar um balanço regional sobre os espólios e a documentação que lhe deve estar associada aquando do depósito nas instituições museológicas algarvias, com especial enfoque nas intervenções cujo vazio de informação é total.

Parece-nos que para o caso algarvio, no momento actual, é mais urgente o debate sobre aspectos normativos relativos ao espólio e situação das reservas, nomeadamente os consagrados pela própria DGPC, de modo a criar condições para a integração dos espólios nas instituições capacitadas para tal. Só dessa forma é possível concretizar o retorno social da actividade arqueológica de salvaguarda, seja ao nível da gestão territorial, seja ao nível da fruição/educação patrimonial.

A componente de caracterização e diagnóstico da situação das reservas e espólio arqueológico do Algarve encontra-se efectuada no âmbito dos trabalhos do grupo RMA-ARQ, impondo-se agora uma concentração de esforços na regularização dos incumprimentos de depósito e incorporação de espólio arqueológico, bem como na definição de normativos relativos ao modo como estes depósitos/incorporações são efectuados, à credenciação de reservas e à organização de colecções. São estas as problemáticas que pretendemos trabalhar, em estreita colaboração com as entidades de tutela.